



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

DEISE ANDRÉ DE OLIVEIRA

**A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE SUAS FUNÇÕES
SOCIAL, POLÍTICA E PEDAGÓGICA**

**GUARABIRA - PB
2016**

DEISE ANDRÉ DE OLIVEIRA

**A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE SUAS FUNÇÕES
SOCIAL, POLÍTICA E PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica Pessoa da Silva

**GUARABIRA - PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48e Oliveira, Deise André de
A escola na contemporaneidade: [manuscrito] : reflexões sobre suas funções social, política e pedagógica / Deise Andre de Oliveira. - 2016.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Verônica Pessoa da Silva, Departamento de Educação".

1.Função Social. 2.Política Pedagógica. 3.Tendências Pedagógicas. 4.Escola Pública. I. Título.

21 . ed. CDD 372

DEISE ANDRÉ DE OLIVEIRA

A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE SUAS FUNÇÕES
SOCIAL, POLÍTICA E PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 13/10/2016.

BANCA EXAMINADORA

Verônica Pessoa da Silva.

Prof.^a Dr.^a Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)

Junio Santos da Silva

Prof.^o Esp. Junio Santos da Silva / ISESJT
(Examinador)

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Prof.^a Ms. Márcia Cristiane F. Mendes / UEPB
(Examinadora)

Aos meus queridos pais Deda e Marinêz,
pela força, estímulo e apoio, a mim
depositados, nesta longa caminhada,
DEDICO-OS.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por permitir a realização de mais este sonho não, somente, nestes anos como universitária, mas ao longo de toda a minha vida. Ele, por meio de sua infinita bondade, não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos.

A minha orientadora Dr.^a Verônica Pessoa da Silva, pela excelente orientação, por todo apoio, atenção, conselhos, compreensão e incentivo em favor da construção deste trabalho e nas correções do mesmo, feitas mesmo em seu tão corrido tempo.

A minha querida mãe Marinêz, pelo brilhante exemplo de profissional, educadora e pedagoga comprometida com seu trabalho, sendo minha primeira fonte de inspiração na escolha deste curso.

Ao meu querido pai José Joaquim (Deda), humilde agricultor e exemplo de homem, que me educou, juntamente com os meus irmãos, no caminho do bem.

Aos meus amados irmãos Damásio, Dayjon, Dagilson e Danilson, pelo apoio incondicional, pela confiança, força e estímulo, a mim depositados, no decorrer de minha formação.

A minha querida turma de Pedagogia 2011.1, com todos os seus integrantes, pelas amizades construídas ao longo de nossa formação, pela cumplicidade e apoio nos bons e maus momentos, onde todos serão levados para sempre em meu coração.

A Universidade Estadual da Paraíba, por me receber de braços abertos e, ao longo desse período de capacitação pessoal e profissional, ajudar-me a vislumbrar um novo horizonte e novos caminhos a seguir.

A todos os professores que, com seus respectivos conhecimentos e capacitações, me ensinaram e contribuíram para a compreensão do universo pedagógico.

As equipes da direção, coordenação, departamento e administração deste Centro e deste Curso, pela excelência dos serviços prestados no decorrer destes cinco anos, bem como toda equipe técnica e administrativa dessa Instituição.

E, por fim, a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para com a minha formação, o meu muito obrigada.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire).

RESUMO

A escola tem a função de preparar o aluno para a vida em sociedade, através de um processo educativo e reflexivo que deve ser prazeroso e desafiador para o mesmo. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é o de refletir sobre as funções sociais, políticas e pedagógicas da escola na contemporaneidade, a luz das principais Tendências Pedagógicas que permeiam a educação. Assim, temos como meta principal, levarmos todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino tais como: professores, gestores, alunos, pais e comunidade escolar, a melhor compreenderem as funções exercidas pela escola nessas modalidades, bem como a estruturação da política educacional do espaço escolar aos quais atuam, com vistas a facilitar a realização das funções executadas por esta instituição. Neste processo de construção da formação da consciência crítica e reflexiva dos alunos, enquanto cidadão e sujeito histórico, construtor de sua própria história, a escola é de fundamental importância. Assim, por meio de um estudo bibliográfico realizamos diversas leituras teóricas, de autores como: FREIRE (1996) e SAVIANI (2007) - Função Política; LIBÂNEO (2008, 2009, 2011) e ARROYO (1997) - Função Pedagógica e Social. Objetivamos, neste sentido, evidenciar as contribuições de tais autores diante dessas reflexões, com vistas a refletir acerca da escola em suas respectivas funções. O estudo nos oportunizou perceber a necessidade de reflexão por parte desses sujeitos a assumirem-se como protagonistas diante desse processo. Portanto, devem buscar o exercício de cobrar e, ao mesmo tempo, de contribuir para que a escola cumpra, de fato, suas funções, garantindo-lhes o direito a aprendizagem como horizonte de cidadania.

Palavras-chave: Função Social. Política Pedagógica. Tendências Pedagógicas. Escola Pública.

ABSTRACT

The school has the task of preparing students for life in society through an educational and reflective process that should be enjoyable and challenging for them. In this sense, the objective of this work is to reflect on the social, political and pedagogical roles of the school in the present, through the light of the main trends that permeate Pedagogical Theories in Education. Thus, our main goal is to take all the subjects involved in the educational process such as teachers, administrators, students, parents and school community to better understand the functions performed by the school in these modalities and the structure of the educational policies in the school environment, where they operate, in order to facilitate the implementation of the tasks performed by this institution. In this process of construction and the formation of critical and reflective awareness of students as citizens and historical subject, builder of its own history, the school is of fundamental importance. Thus, through a bibliographical study we conducted several theoretical readings of authors such as: FREIRE (1996) and Saviani (2007) - Function Policy; Libâneo (2008, 2009, 2011) and ARROYO (1997) - Pedagogical and Social Function. We aimed in this direction, highlighting the contributions of these authors on these reflections, in order to reflect about the school in their respective functions. The study provided an opportunity to realize the need for reflection on the part of these individuals so they can be protagonists on this process. In this way, they should seek the exercise of demanding and at the same time, help the school meet, their functions, guaranteeing them the right to learning as a horizon of citizenship.

Keywords: Social Functions. Political Pedagogical. Pedagogical trends. Public school.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	12
3	TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	24
3.1	TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	24
3.2	PEDAGOGIA LIBERAL	25
3.2.1	Tendência Tradicional	26
3.2.2	Tendência Renovada-Progressivista	28
3.2.3	Tendência Renovada Não-Diretiva	29
3.2.4	Tendência Tecnicista	30
3.3	PEDAGOGIA PROGRESSISTA	32
3.3.1	Tendência Libertadora	33
3.3.2	Tendência Libertária	36
3.3.3	Tendência Crítico-Social dos Conteúdos	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda as Funções da Escola nos âmbitos Sociais, Políticos e Pedagógicos, apontando reflexões sobre como a mesma vem desenvolvendo seu trabalho didático-pedagógico, no cenário contemporâneo, para que possa acompanhar as transformações da sociedade, visando garantir a aprendizagem de todos os alunos. Ressaltamos que esta aprendizagem precisa despertar a consciência crítica e reflexiva de todos os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educativo: professores, gestores, alunos e, também, a comunidade escolar.

O interesse por esse estudo surgiu a partir de questionamentos, reflexões e curiosidades ocorridas em sala, por meio dos Componentes tais como Prática Pedagógica I, Sociologia da Educação e Didática que, juntos, trouxeram uma significativa abordagem evidenciando a importância deste tema no âmbito educacional. Nesta pesquisa propomos investigar como a escola pode favorecer a formação social do aluno, enquanto cidadão, ofertando uma aprendizagem prazerosa e motivadora para o mesmo.

As leituras advindas dos estudos dos Componentes citados reforçaram o interesse pela temática em questão, despertando o desejo de aprofundar essas reflexões, considerando o contexto social envolvido, na perspectiva de uma educação transformadora. Para isto, faz-se necessário uma investigação que contemple, também, as tendências pedagógicas que marcam a educação brasileira, a fim de contribuir para a ampliação dos estudos de caráter acadêmico, bem como para favorecer o reconhecimento da contribuição da escola para a sociedade nos dias atuais.

Por isso, ao delimitar o tema dessa pesquisa levamos em consideração a relevância de se compreender a função social, política e pedagógica da escola e suas respectivas Tendências Pedagógicas para todos os envolvidos no processo de formação de cidadãos críticos e reflexivos diante do desempenho de sua cidadania, para que a escola possa melhor desenvolver o papel que lhe é esperado.

Diante do exposto, assumimos como objetivo principal deste trabalho o de contribuir para o melhoramento das compreensões e reflexões por parte destes sujeitos, diante das funções da escola na contemporaneidade, por meio do

referencial teórico, visando incentivá-los a participarem e a assumirem-se como protagonistas na realização desse processo.

Abordaremos, também, as Tendências Pedagógicas que melhor contemple a construção do processo de ensino e aprendizagem do educando, favorecendo a formação ética e reflexiva dos mesmos para o exercício pleno de sua cidadania, uma vez que a escola, enquanto instituição de ensino, funciona como uma referência a fim de contribuir com a construção da identidade dos seus alunos, onde exerce um papel fundamental na orientação de condutas e práticas sociais desses sujeitos.

Inicialmente, este estudo busca resgatar alguns elementos históricos sobre a trajetória da escola, com vistas a entender qual a sua função, bem como o seu papel na formação de seres pensantes. Nesse sentido, realizamos reflexões em torno de sua função no âmbito social, pedagógico e político na atualidade, relacionando-a com as principais tendências pedagógicas que marcam a educação brasileira na atualidade.

A fundamentação teórica que nos pautamos baseia-se nas leituras de autores como: FREIRE (1996) e SAVIANI (2007) - Função Política; LIBÂNEO (2008, 2009, 2011) e ARROYO (1997) - Função Pedagógica e Social. Em relação à metodologia, esta pesquisa é de natureza bibliográfica, com estudos feitos como forma de aprofundar as contribuições significativas para a compreensão do objeto de estudo.

Assim, considerando o rigor científico necessário aos trabalhos acadêmicos, selecionamos fontes e realizamos análises das produções selecionadas, mapeando estudos acerca do papel e da função social da escola, na última década.

Com isso, realizamos um estudo que possibilite despertar o interesse tanto dos professores e gestores quanto dos alunos sobre a importância da escola na sociedade. Diante disso, lançamos mão de pistas a fim de identificar os resultados da pesquisa em relação a função social que a escola precisa assumir para cumprir o seu papel na formação dos alunos. Afinal, é também função da escola despertar o interesse do seu aluno pelo saber sistematizado bem como para com a construção de sua capacidade intelectual, crítica e reflexiva, para que o educando possa se desenvolver como um ser social de direitos.

No decorrer do trabalho evidenciamos a construção de um olhar que permita estabelecer relações entre a escola do passado e a escola do presente, articulando a abordagem teórica diante da construção de uma perspectiva prática futura.

A partir disto, o trabalho foi organizado em dois capítulos a saber: o primeiro capítulo trás efetivas reflexões acerca da Função Social da Escola. Inicia-se falando da contemporaneidade da escola em seu contexto histórico e social, evidenciando-a no contexto atual. Aborda, também, a atuação da equipe gestora da escola e dos professores bem como suas respectivas contribuições e intervenções no processo de formação do aluno para a preparação de sua vivência em sociedade.

O segundo capítulo dá continuidade ao primeiro, tratando das principais Tendências Pedagógicas que se fazem presentes na contemporaneidade, abordando o fracasso e o sucesso da adoção destas, por parte da gestão escolar em cada período em que se encontra situada e da importância da escolha destas para a efetivação do ensino escolar. Neste sentido, se evidencia a importância de se compreender as tendências pedagógicas no âmbito educacional bem como no processo de formação do sujeito construtor do seu saber.

Em síntese, questionamos neste estudo qual a função social da escola pública na atualidade? Qual a sua função política e pedagógica? Quais os desafios que a escola enfrenta para a formação do sujeito na atualidade? Entre as hipóteses, indagamos a relação entre as diferentes funções: pedagógica, política e social do trabalho escolar quer seja numa perspectiva de negação, subordinação, reprodução ou mesmo de complementaridade.

Os resultados apontam que o processo de construção do sujeito, enquanto ser histórico e crítico, está diretamente ligado ao processo de ensino e ao ato de educar, em virtude dele ser um sujeito social, político e inserido em uma cultura, uma vez que o processo de educar acontece em vários espaços. Neste sentido é através da educação que se pode acreditar em efetivas melhorias para a sociedade.

2 A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Muito se tem escrito acerca da função social da escola. A esse respeito é importante frisar que essa temática é muito complexa e diversificada, pois aborda uma diversidade de questões que envolvem, desde processos históricos, sociais, políticos e pedagógicos aos processos de reconstrução da sociedade.

Percebemos que as profundas mudanças que a sociedade tem enfrentado, ao longo dos tempos e continua enfrentando na atualidade, têm reflexo direto nas funções que a escola assume enquanto papel e função social. É importante lembrar que a compreensão acerca da função social da escola aborda algumas de suas características, visto que a escola é uma instituição que está em permanente processo de reconstrução bem como a sociedade na qual ela está inserida. Este fato nos remete ao reconhecimento da diversidade dessa temática e aos diversos aspectos que estão ligados à sua abordagem.

Assumimos como objetivo principal deste trabalho, refletir sobre questões relativas as funções sociais, políticas e pedagógicas que a escola apresenta, enquanto instituição de ensino, bem como sobre sua relevância na sociedade atual. Todavia, para entender a escola e suas respectivas funções é importante considerarmos as mudanças enfrentadas em seu contexto histórico. Isso nos permite considerar que as definições e interpretações dadas a essa instituição, até o presente momento, foram formuladas em decorrência das diferentes épocas da história.

Para alguns teóricos da educação a construção da escola precisa considerar o seu contexto histórico e social, em outras palavras, sua realidade local e 'cultural.

Neste capítulo, estruturamos nosso diálogo a partir dos argumentos teóricos dos autores: a) Paulo Freire (1996), que defende uma prática libertadora de ensino visando uma educação libertadora, na qual o educando se torne sujeito crítico e reflexivo no exercício de sua cidadania, b) Libâneo (2008) que, no âmbito das políticas públicas, defende a educação como democratização do ensino, c) Saviani (2007) que foca no processo de inclusão social do indivíduo enquanto sujeito crítico, participativo e atuante na sua realidade, capaz de intervir para a transformação da mesma e, por fim, d) Arroyo (1997), que ressalta a importância da educação na formação integral do sujeito.

Neste sentido, se buscarmos refletir a escola como uma instituição criada para preparar, socializar, despertar a consciência crítica para um intervir consciente de seus educandos, mediante os conteúdos abordados em sala de aula, então podemos pensá-la como uma instituição que está sempre em processo de reconstrução, uma vez que ela se encontra em constante movimento, de acordo com o contexto em que ela está situada.

Inicialmente, refletiremos sobre esta questão, considerando as afirmativas de Penin; Viera; Machado (2001, p. 8) que asseveram que:

A escola é a instituição que a sociedade criou para transmitir às novas gerações o conhecimento sistematizado. Ao longo do tempo, tem se modificado. Todavia, nenhuma outra forma de organização foi capaz de substituí-la, ainda que novas alternativas, como a educação a distância, tenham crescido de forma significativa nos últimos anos.

Assim, é sabido que a escola, desde os primórdios de sua gênese, é uma instituição relevante para sociedade, visto que é o local privilegiado para a troca de saberes e experiências de todos os envolvidos direta ou indiretamente em seu processo, tais como: professores, alunos, equipe pedagógica, funcionários bem como pais de alunos e a comunidade escolar, o que nos leva a refletir a respeito de sua estrutura organizativa e administrativa.

Por isso, para que a escola, enquanto instituição pública, política, histórica e social, possa desempenhar satisfatoriamente a sua função é importante que a mesma exerça de modo ético suas finalidades, objetivando democratizar o saber na transferência de conhecimento direcionado ao educando, para que este possa se tornar sujeito crítico em seu meio social.

A educação escolar, presente nas instituições de ensino, difere da educação informal, que é exercida nas experiências particulares de cada indivíduo em sua vivência cotidiana. No entanto, ambas estão associadas ao processo de ensino e aprendizagem, visto que se, por um lado, uma das funções da escola é mediar o conhecimento aproveitando as experiências de vida dos alunos, do outro, deve possibilitar o resgate existencial dos mesmos.

Mediante estas reflexões, evidenciamos que em nossa pesquisa bibliográfica identificamos que a compreensão sobre a função social da escola envolve três perspectivas de análises: a) Função Social, b) Função Política e c) Função Pedagógica.

Com foco nestas três perspectivas, iniciamos nossas análises teóricas trazendo as reflexões cunhadas por Freire (1921-1997). Freire apresentou uma nova abordagem de ensino que seria, logo mais, inspiração e desafio para o sistema educacional brasileiro. De acordo com seus estudos, a função social da escola está ligada a construção da identidade do indivíduo enquanto cidadão, sujeito participativo e protagonista de sua história, com participação direta em seu contexto social. Isto nos leva a refletir sobre a importância do papel que tem a escola nesse processo.

Segundo o referido autor, para que essa ação se efetive é imprescindível que a escola, na figura do professor, assuma uma perspectiva dialética de ensino, na qual o aluno é tratado como sujeito ativo na construção de seu aprendizado. Isso quer dizer que os professores, sujeitos protagonistas da educação, devem aproveitar as experiências de seus educandos, emergidas no ambiente escolar, levando-os a potencializar a sua visão de mundo, mediante o olhar crítico de sua realidade.

No entanto, isso não será possível se a escola não considerar o conjunto destas questões em seu currículo, em sua proposta pedagógica, em seu sistema de avaliação, nas múltiplas dimensões que envolvem o processo de ensino e de aprendizagem como um todo, articulando as capacidades de agir e refletir sobre sua realidade na prática escolar.

Saviani (2005) esboça sua teoria sobre a Função Social da Escola defendendo a educação como uma importante ferramenta para o enfrentamento da marginalidade imposta pela sociedade vigente aos excluídos, ignorando sua real condição histórica e cultural frente a capacidade de intervir em sua realidade.

Assim, conforme Saviani (2007, p. 6):

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente.

Neste sentido, a educação apresenta-se como um elemento fundamental no resgate da consciência crítica do indivíduo, tratado aqui como um ser pensante e capaz de promover e transformar a sua realidade. A aquisição dos conhecimentos historicamente acumulados ao longo da história da humanidade será o diferencial

para o processo de transformação social dos sujeitos educandos, ferramenta primordial para o processo de libertação e formação de novas consciências de cidadania.

Apoia-se em Freire (1996, p. 112) quando este defende que: “Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante”.

Na continuação de suas ideias Freire (1996), o mesmo defende uma escola que eduque o aluno para atuar na construção da democracia participativa para que, assim, possa democratizar a sociedade. Nesse sentido, a escola enquanto ambiente de ensino tem um papel primordial no processo de formação social do indivíduo: contribuir para uma aprendizagem significativa do educando, ajudando e levando-o a pensar e a refletir sobre sua realidade bem como o seu papel na vida em sociedade, para que assim possa exercer verdadeiramente sua cidadania.

Retomando o diálogo com Saviani (2007) o referido autor defende que a educação deve andar articulada com a política, cuja relação indissociável, deve ser tratada considerando suas especificidades conceituais. Nesse contexto, para que a educação possa ser efetivada em sua função social, é necessária uma reforma no sistema educacional, visto que este tem enfrentado problemas diversos, impostos, principalmente pelos ideais neoliberais, favorecendo as camadas dominantes da sociedade e aprofundando, as desigualdades sociais, das classes trabalhadoras.

Assim, ao considerar as transformações pelas quais a sociedade vem passando, no decorrer das últimas décadas, nota-se que esta vem enfrentando, também, mudanças decorrentes do crescente processo de reestruturação produtiva e tecnológica, ditadas pelo processo de globalização bem como pelo sistema capitalista, o que tem favorecido ao aumento significativo de fatores, tais como: desigualdades sociais, fome, desemprego, entre outros.

Freire (1996) faz uma crítica a esse sistema marcado pelo capitalismo e tecnicismo quando afirma que:

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de reposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver de homens e mulheres. A um avanço tecnológico que ameaça a milhares de mulheres e de homens de perder

seu trabalho deveria corresponder outro avanço tecnológico que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior. Como se vê, esta é uma questão ética e política e não tecnológica. (FREIRE, 1996, p. 130)

No entanto, é sabido também que os avanços tecnológicos na sociedade atual têm contribuído, cada vez mais, para o acesso ao conhecimento por parte tanto dos educadores como dos educandos, o que vem levando a escola, juntamente com todos os envolvidos no processo de ensino, a acompanhar essa nova fase na educação e adotar novas posturas diante dessa realidade.

Reconhecemos que não é apenas função da escola, enquanto instituição histórica e social, o papel de transformar a sociedade, visto que esta (a sociedade) também tem seu domínio sobre a mesma (a escola). Há, outros fatores envolvidos no processo de reconstrução social e educacional que interferem diretamente na finalidade almejada pela escola, a exemplo do sistema capitalista exacerbado, o sistema político e econômico, entre outros que, de certa forma, também interferem na efetivação desse processo.

Saviani (2007), se posiciona a este respeito, abordando a temática referente a concepção crítico-reprodutivista de ensino enfatizando que:

[...] a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 30)

Assevera o referido autor, neste sentido, a responsabilidade que a escola tem para exercer significativamente sua real função. Esse modelo de escola, mencionado por Saviani (2007), apresenta um caráter de domínio seletivo: ora promovendo os interesses da classe dominada, ora a serviço da classe dominante, atuando como um instrumento reprodutor do capitalismo, exercendo seu papel de forma seletiva, acabando por promover, assim, a marginalização das classes menos favorecidas.

Nesta linha de compreensão Mello (1987 apud Libâneo, 2011, p.35) assevera que:

[...] Ao entender dessa forma a função social da escola, pressupõe-se que não é nem redentora dos injustiçados e nem reprodutora das desigualdades sociais e, sim, uma das mediações pelas quais mudanças sociais em direção da democracia podem ocorrer [...].

Nessa perspectiva, para que a escola possa cumprir, de fato, sua função é necessário que esta haja como um elo entre sociedade e democracia. Neste sentido, não prevalece a ideia da educação em suas formas redentoras e reprodutivistas, visto que a democratização do ensino e, posteriormente, da educação são efetivadas num processo de permanente reconstrução social. Diante disso, as mudanças sociais só podem, de fato, ocorrer de forma democrática.

Defendendo as ideias de Saviani (2007), sobre a função social da escola, Libâneo (2011), ao tratar do contexto social do processo de escolarização e democratização do indivíduo, enfatiza que:

A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade. [...] A escolarização necessária é aquela capaz de proporcionar a todos os alunos, em igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridos para a continuidade dos estudos, série a série, e para as tarefas sociais e profissionais, entre as quais se destacam as lutas pela democratização da sociedade. (LIBÂNEO, 2011, p. 34)

Esses argumentos nos levam a refletir acerca da importância do processo de escolaridade no cotidiano e na vida do aluno. Neste sentido, é dever da escola e, posteriormente, da sociedade e do poder público, a promoção de uma ampla e efetiva formação cultural e social destes sujeitos, facilitando e permitindo o acesso destes a educação básica. A partir disso, os alunos poderão ampliar suas compreensões de mundo, passando a adquirir novas atitudes e formas de ação, aprendendo, assim, a melhor posicionarem-se diante dos desafios de sua vivência prática, contribuindo, dessa forma, para a transformação de sua realidade.

Ainda nesta direção, Libâneo (2011) complementa esse argumento quando afirma que:

Para a efetivação dos vínculos entre a escolarização e as lutas pela democratização da sociedade, é necessária a atuação de duas frentes, a política e a pedagógica, entendendo-se que a atuação política tem caráter pedagógico e que a atuação pedagógica tem caráter político. (LIBÂNEO, 2011, p. 37)

Neste sentido, a escola apresenta-se como uma instituição social encarregada de fazer os ajustamentos no estabelecimento da ordem social, em suas dimensões políticas e pedagógicas. Ainda nos dizeres de Libâneo (2011, p. 37), a escola “Deve ser democrática, também, no sentido em que devem vigorar, nela,

mecanismos democráticos de gestão interna envolvendo a participação conjunta da direção, dos professores e dos pais”.

Neste sentido, para que sua ação de gestão se efetive, a escola apresenta uma organização hierárquica que é estabelecida da seguinte forma: direção, coordenação, professores, alunos e funcionários, cada um destes desempenha uma função relevante no âmbito escolar. A pessoa do gestor assume a responsabilidade de reger, coordenar e liderar todo o funcionamento interno da instituição, de acordo com sua formação educacional, política e administrativa. Ao estabelecer as normas estabelecidas pela escola, em diálogo com toda a comunidade escolar, bem como com os demais os envolvidos em sua estrutura, o gestor direciona sua prática normativa, para que o ensino e aprendizagem, de fato, se efetivem.

A esse respeito, trazendo mais significativas contribuições, em seus estudos e pesquisas, sobre como deve ser a organização do espaço escolar, Libâneo (2008) aborda essa temática enfatizando que:

Organizar significa dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo, prover as condições necessárias para realizar uma ação; *administrar* é o ato de governar, de pôr em prática um conjunto de normas e funções; *gerir* é administrar, gerenciar, dirigir. (LIBÂNEO, 2008, p. 97, grifo do autor)

Nessa perspectiva, percebemos a importância de se fazer uma significativa reflexão a respeito de como deve ser compreendida a realização da tarefa administrativa no espaço educativo, por parte do gestor escolar, frente ao papel fundamental que o mesmo tem para o desempenho de sua função, que deve ser exercida numa perspectiva democrática e dialógica.

É importante, também, refletir sobre a importância da formação dos educadores (professores, supervisores e coordenadores) para o exercício de seu cargo de maneira satisfatória, dentro da escola. Estes profissionais devem exercer suas funções visando sempre uma formação continuada a fim, de cada vez mais, se atualizarem diante das exigências atuais que a escola possa necessitar. Abordando essa temática, Libâneo (2008) realça:

A formação continuada é outra das funções da organização escolar, envolvendo tanto o setor pedagógico como o técnico administrativo. A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos,

criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais. (LIBÂNEO, 2008, p. 227, grifo do autor)

Diante disso, percebemos que a equipe da gestão escolar, de um modo geral, precisa desempenhar, de forma contínua, sua real função no âmbito de ensino, dentre os quais destaca-se o de promover reflexões sobre a escola, considerando sua construção histórica, atendendo as demandas apontadas pela realidade, bem como aquelas indicadas pelo contexto escolar.

O gestor que apresenta verdadeiramente desenvoltura e competência para exercer corretamente sua função dentro da escola é aquele que visa favorecer uma parceria afetiva e mútua entre todos os que estão envolvidos no processo escolar: equipe técnica-administrativa, pedagógica e de apoio, bem como a comunidade em geral. No entanto, para que isso possa se concretizar deve haver uma parceria entre toda a equipe pedagógica da escola, na qual professores e gestores possam se conscientizar diante da política adotada em sua instituição, buscando meios de trabalhá-la e pô-la em prática de acordo com o contexto em que a escola está inserida.

Nesse sentido, para que a escola possa cumprir, de fato, sua função social é necessário, também, que atente para os espaços coletivos de discussão e planejamento, bem como ao seu PPP – Projeto Político Pedagógico, visto que são estes documentos que orientam a direção a ser seguida pela gestão da escola e pelo professor, em suas ações e práticas de ensino.

Para a gestão escolar o espaço de planejamento é uma instância privilegiada de diálogo, cujas ações podem contribuir de modo significativo para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, levando-os a refletir sobre o que esperam aprender na escola e como podem articular os saberes trazidos de sua bagagem cultural e cotidiana com o conhecimento adquirido em seu ambiente de ensino.

Sobre o ato de planejar, Libâneo (2008) afirma que:

[...] O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, de busca de alternativas para a solução de problemas e de tomada de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos, a correção no rumo das ações. (LIBÂNEO, 2008, p. 150)

De acordo com o referido autor, o planejamento deve ser elaborado de forma sistematizada, de acordo com o contexto e realidade em que a escola se encontra, visando encontrar respostas diante das problemáticas encontradas na escola, resultando no despertar do interesse de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Quando este (o planejamento) não é bem elaborado, ou pior, não é feito pelo professor, por mais experiente que ele seja, são os alunos os primeiros a sentirem que algo ficou a desejar. Por consequência, o processo de ensino e aprendizagem tende a fracassar, pois isso torna o ato de ensinar e aprender enfadonho para os alunos resultando, muitas vezes, na indisciplina e desinteresse em sala por parte dos mesmos, dificultando, assim, seu rendimento e sucesso escolar.

No que diz respeito ao “Projeto Político-Curricular” realizado pela gestão da escola, Libâneo (2008) salienta que:

[...] O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos. (LIBÂNEO, 2008, p. 151)

Diante disso, compreendemos a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico como um dos instrumentos facilitadores para organização da escola, sendo o mesmo um importante documento que será avaliado ao longo do ano letivo, para verificar se, de fato, suas ações estão correspondendo as expectativas previstas e se as metas precisam ser reformuladas a fim de favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

No que diz respeito ao papel do professor, Freire (1996, p. 143) enfatiza que “O educador progressista precisa estar convencido como de suas consequências é o de ser o seu trabalho uma especificidade humana”.

A este respeito, Libâneo (2011) complementa essa compreensão, quando diz que:

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. [...] A característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre provendo as

condições e os meios (conhecimentos, métodos, organização do ensino) que assegurem o encontro do aluno com as matérias de estudo. (LIBÂNEO, 2011, p. 47)

Nas considerações do autor, o professor precisa cumprir o seu papel, promovendo as condições e os meios necessários para facilitar o desempenho de sua tarefa para efetivar, de fato, a sua real função. Uma delas está em dirigir as atividades de estudo em sala, buscando levar os alunos a dominarem as habilidades necessárias para efetivar a aquisição dos conhecimentos básicos, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e cognitivas, levando os mesmos a enfrentarem os desafios presentes em sua vivência prática tanto em seu ambiente de trabalho, como na luta por seus direitos democráticos.

Para isso, se faz necessário uma reflexão, por parte do professor, a respeito da importância do seu papel dentro da escola que é o de incentivar, educar, orientar e motivar os seus alunos, objetivando a construção de sua consciência crítica a respeito de seu papel de cidadão participativo dentro da sociedade. Vale destacar, também, a importância da adequação de um ambiente harmônico na escola e em sala, visando uma melhoria na motivação do educando para prosseguir seus estudos.

A este respeito, Freire (1996), nos chama a uma reflexão sobre o papel do professor nesse processo, quando menciona que “como educador preciso de ir 'lendo' cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte”. (FREIRE, 1996, p. 81).

Diante disso, compreendemos que a função principal do professor e, posteriormente, da escola é fazer com que os sujeitos, que dela fazem parte, possam apropriar-se dos conhecimentos produzidos pela humanidade para que escrevam, por meio deles, sua própria história, criando suas próprias alternativas de ação, assumindo responsabilidades, resolvendo conflitos, bem como refletindo a respeito das consequências de seus atos para tornarem-se, assim, verdadeiros cidadãos em defesa da sociedade.

É tarefa, também, do professor buscar meios que possam facilitar a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos, promovendo ações e condições que favoreçam a aprendizagem dos mesmos. É importante, também, que o professor direcione a atenção dos seus alunos no sentido de que ele (o professor)

também se encontra presente na sala para aprender juntamente com eles, de modo recíproco, ao abordar assuntos de interesses de seus alunos sobre aspectos diversos, que se estendam além do espaço escolar. No questionamento de Freire (1996, p. 137): “Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?”.

Freire (1996) defende, ainda, que uma educação libertadora deve se contrapor a estas ocorrências. O ideal é que educador e educando, na mediação do conhecimento em sala aula, construam uma relação harmoniosa e prazerosa, com troca de ideias onde cada um possa aprender com outro e vice-versa. O educador, neste sentido, deve sempre inovar e atualizar suas metodologias de ensino, considerando os alunos enquanto sujeitos ativos, participativos e reflexivos desse processo de construção de identidades. Daí a importância da reciprocidade entre educador e educando, cuja intenção é provocar a construção de “modelos” diferenciados, que transcendam a dimensão tradicional do ensino.

Nos escritos de Freire (1996), há um prevalectimento da dimensão política acerca do papel da escola. Sua visão assegura que à escola cabe formar cidadãos críticos e reflexivos para intervir no mundo, ou seja, o educando deve ter consciência de sua liberdade para pensar e expor suas opiniões, a iniciar pela sala de aula, juntamente com o seu docente, para que, assim, ele (o educando) possa exercer seu papel na sociedade de modo crítico e consciente.

Compreendemos, nesta direção, que para que o educando possa aprender a construir sua formação é necessário que a escola e sua equipe pedagógica possam criar uma estrutura de ensino em que haja uma ligação entre a preparação do aluno para sua conduta no mundo, ou seja, para viver melhor em sociedade, enquanto cidadão social e, para sua preparação formal, viabilizando uma formação qualitativa, vista ao seu engajamento no mercado de trabalho.

Neste sentido, os professores desempenham um papel de extrema relevância. A este respeito, Arroyo (1997) retrata algumas hipóteses que evidenciam sua visão a respeito da prática pedagógica feita pelos professores, para efetivação do ensino. Uma de suas hipóteses diz respeito a existência de uma “cultura da exclusão” que, segundo ele, está ligada a estrutura do sistema de organização escolar. Para o referido autor, a função social e política da escola está atrelada ao sucesso de sua avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Enfatiza, ainda, sobre a importância da avaliação escolar quando afirma que:

Essa ênfase na escola como experiência sociocultural, formadora, recoloca como central a relação entre formação e as disciplinas e os tradicionais processos de avaliação. Como conseguem essas disciplinas e esses processos materializar a formação que se busca? Que eficácia e que limites impõem a um projeto de formação básica? Enfatizada a função formadora da escola ou o direito à educação básica, as próprias disciplinas sua gênese e função passam a ser avaliadas, aprovadas ou reprovadas tendo por referência o direito à formação. A retomada da velha função da escola – educar – leva a velha função docente – ensinar -, seja avaliada como um dos componentes dessa função educativa mais ampla. Fora desta ou contra esta, a função docente perde o sentido. Os conteúdos disciplinares, os domínios requeridos, a aprovação-reprovação só adquirem sentido enquanto materializam um percurso formador diferenciado conforme a idade e a vivência sociocultural. (ARROYO, 1997, p. 24)

Diante disso, Arroyo (1997) enfatiza que a prática avaliativa de ensino, desenvolvida pela maioria dos professores, deve ser concretizada numa perspectiva progressista ultrapassando, assim, a concepção conservadora de ensino. Isso quer dizer que cada tendência tem suas respectivas influências nas ações do professor e em sua forma de avaliar seus alunos e o seu próprio desempenho no processo educativo.

Para o autor isto torna comum a percepção de que embora muitos professores que defendem uma visão progressista de ensino, continuam com práticas conservadoras, haja vista que seus discursos, muitas vezes progressistas, não resolvem a problemática imposta pelo fracasso da avaliação. Assim,

Falar em fracasso escolar não resulta atraente para os educadores. É como rever um velho seriado. Mudar de discurso e falar em sucesso escolar resolverá o problema? Temos que reconhecer que o tema vem sendo colocado nas preocupações dos profissionais da educação. (ARROYO, 1997, p.11)

A partir desta construção percebemos que os autores citados convergem para uma compreensão comum: é função da escola desenvolver uma educação participativa que garanta ao educando o domínio do saber sistematizado, a fim de favorecer seu desenvolvimento emocional, sua preparação para o trabalho, bem como para o exercício pleno de sua cidadania, mediante uma atuação crítica frente as demandas da realidade social na qual está inserido. Neste sentido, a escola tem papel preponderante na formação desses sujeitos.

3 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Para melhor refletirmos a respeito da função social da escola na contemporaneidade discutiremos, neste capítulo, sua relação com as principais Tendências Pedagógicas, a fim de melhor compreendermos as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas no âmbito escolar, na contemporaneidade, enfatizando os efeitos e os resultados que se têm obtido com as mesmas.

Entendemos que a escolha das tendências pedagógicas por parte da escola pode contribuir significativamente para a efetivação do ensino e da aprendizagem por parte do aluno. Assim, tanto o professor quanto o aluno precisam buscar novas formas de vivenciar essas tendências na prática de ensino para que, desse modo, essa inovação possa contribuir para a construção do conhecimento, haja vista que o educando precisa construir seu próprio processo de aprendizagem de modo crítico e significativo.

Dialogamos, nesta construção argumentativa, com as concepções teóricas defendidas por autores, tais como: Luckesi (2008), Saviani (2007), Libâneo (2009, 2011), cujas reflexões têm se tornado, cada vez mais, significativas nas discussões sobre essa temática.

3.1 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Existem diversas Tendências Pedagógicas presentes nas escolas ao longo da história da educação. As mesmas apresentaram e continuam a apresentar respectivas contribuições mediante as funções que a escola precisa exercer para, de fato, efetivar o ensino. Apesar disto, a escola vem sofrendo diversas transformações desde sua trajetória histórica até os dias atuais, transformação esta que atinge todos os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, em seu processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, as tendências pedagógicas, que apresentam características próprias, em suas variações, têm um importante papel para a escola, sendo necessário analisá-las considerando os diferentes pontos de vista que se tecem na

vivência das práticas escolares, de acordo com o contexto histórico e sócio-político em que a escola está inserida.

Nesse contexto, a Pedagogia abrange variadas concepções pedagógicas que se diferenciam e assemelham-se uma das outras de acordo com a escolha de suas tendências, diante da função que cada uma delas atribuem, de fato, à educação.

Segundo Libâneo (2009) as Tendências Pedagógicas estão divididas em: Pedagogia Liberal e Pedagogia Progressista.

Atualmente, tem se destacado na educação brasileira as Tendências Pedagógicas Liberais e Progressistas, em suas formas conservadora e renovada. Neste sentido, tais tendências manifestam-se, de um modo geral, no cotidiano e na prática docente de muitos professores na atualidade embora, muitas vezes, não se perceba a influência ideológica que exerce em sua formação pedagógica, obtida em seus cursos de formação profissional.

3.2 PEDAGOGIA LIBERAL

A Pedagogia Liberal, considerada neutra frente aos problemas e transformações da sociedade, surge como uma justificativa ao sistema capitalista vigente, fazendo prevalecer a ideia de defesa da liberdade diante dos interesses individuais da sociedade de classes, através da educação, como forma de manutenção de sua ordem econômica e social, baseada na propriedade privada e seus meios de produção.

As tendências pedagógicas da Pedagogia Liberal se destacaram na educação brasileira, nas últimas décadas, apresentando-se nas formas conservadoras e renovadas, sendo manifestadas no cotidiano da prática escolar de muitos professores, embora muitos destes, por vezes, não estejam conscientes das influências de tais ideologias em sua prática pedagógica.

Nesta Pedagogia, cabe a escola a função de preparar o aluno para a sua participação na sociedade, enquanto sujeito social, de acordo com seus potenciais e limites. De acordo com Libâneo (2009):

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos vários valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, 2009, p. 21-22)

Nos dizeres de Libâneo (2009), a escola exerce a função de preparar o aluno para a vivência em sociedade, objetivando que o mesmo se adapte aos seus valores e normas já preestabelecidos, almejando, assim, o desenvolvimento de sua cultura individual. Em relação ao seu aspecto cultural, a Pedagogia Liberal entra em contradição ao ocultar as desigualdades de condições dos indivíduos, embora divulgando a ideia de igualdades de oportunidades das classes.

De acordo com as ideias de Luckesi (2008, p. 53) “são três as tendências que interpretam o papel da educação na sociedade: educação como redenção, educação como reprodução e educação como transformação da sociedade”. Neste sentido, as pedagogias liberais estão engajadas numa perspectiva redentora. Já as pedagogias progressistas estão associadas a uma perspectiva transformadora da sociedade.

Diante disso, diferentes tendências pedagógicas foram estabelecidas no âmbito das concepções liberais de ensino, pois cada uma delas apresentam princípios ideológicos diferenciados de acordo com o contexto histórico no qual se enquadram. Neste sentido, a Pedagogia Liberal caracteriza-se pelas Tendências Tradicional, Renovada-Progressivista, Renovada Não-Diretiva e Tecnicista.

3.2.1 Tendência Tradicional

Nesta Tendência pedagógica, a função da escola está diretamente ligada à reprodução de conhecimentos, em outras palavras, em preparar o aluno, moral e intelectualmente, para que este venha a assumir efetivamente o seu papel na sociedade. Nesta Tendência são visados, em primeira instância, os conteúdos de ensino bem como os valores herdados através das gerações de cada educando. Tais ensinamentos são transmitidos aos alunos como verdades absolutas.

De acordo com a visão de Libâneo (2009):

Na tendência tradicional, a pedagogia liberal se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual. (2009, p. 22)

Diante disso, o aluno não pode questionar, opinar e, muito menos, criticar os conteúdos repassados pelo professor em sala, tornando-se um sujeito passivo dentro de seu processo de aprendizagem e, posteriormente, dentro de sua realidade. A escola, neste sentido, educa o aluno para atingir sua própria realização como pessoa, através do seu próprio esforço.

Na Pedagogia Tradicional, a metodologia mais utilizada é feita através de aulas expositivas, onde o professor desempenha o papel principal em sala, sendo considerado o sujeito ativo no ato de transmissão de conhecimentos, impondo conceitos que devem ser absorvidos pelos alunos como verdades inquestionáveis. Já o aluno assimila os conteúdos automaticamente, através da memorização, o que contribui para uma aprendizagem superficial, passiva e repetitiva por parte deste. Diante disso, as atividades são feitas, quase sempre, individualmente, não havendo interação entre o aluno e professor.

Neste sentido, Libâneo (2009) descreve a relação entre aluno e professor ao enfatizar:

Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz de assegurar a atenção e o silêncio. (LIBÂNEO, 2009, p. 24)

Nessa abordagem, o processo de aprendizagem acontece de maneira repressiva, onde a criança é comparada com um adulto, em relação a sua capacidade de assimilar os conteúdos ensinados em sala, não sendo levadas em conta as características específicas de cada fase de desenvolvimento do aluno diante do seu processo de aprendizado, não sendo considerado, também, a realidade social do mesmo, sendo este sujeito a penalidades e castigos, caso não haja de acordo com o que se espere dele. Diante disso, a escola tem o papel de formar e preparar o aluno no sentido moral e intelectual, para assumir seu papel dentro da sociedade.

Nesse contexto, o aluno é educado por meio de instruções controladas para que este possa, de fato, exercer sua cidadania com autoridade. Para que essa finalidade se concretize, o professor prega a ideia de que os conteúdos estão prontos e acabados, negando o estímulo necessário para que os alunos construam seu próprio conhecimento.

3.2.2 Tendência Renovada-Progressivista

Essa Tendência Pedagógica, conhecida também como Escolanovista, surge com o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A escola que aplica esta Tendência colabora efetivamente com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, motivando-o a interagir com o meio ao qual faz parte.

A esse respeito, Libâneo (2009, p. 25) enfatiza que o papel da escola, nesta tendência, “é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida”. Neste sentido, a escola tem a função de buscar meios que facilitem a adaptação progressista dos indivíduos, enquanto seres históricos, na sociedade, promovendo, assim, mudanças comportamentais na vida destes. Para isso, a escola precisa estabelecer relações entre as experiências que satisfaçam os interesses pessoais dos alunos com os interesses e exigências do seu meio social.

No cumprimento de tais experiências, a escola levará o aluno a educar a si mesmo, possibilitando, também, a construção e reconstrução de seu processo de aprendizado na interação com o seu ambiente, atingindo, assim o conhecimento almejado, considerando sua fase de desenvolvimento.

Em relação aos conteúdos de ensino, nesta tendência, os mesmos são adequados aos objetivos e interesses dos alunos, sendo transmitidos por meio das experiências vivenciadas por estes, visando que os mesmos aprendam, assim, resolver seus próprios problemas. Nesse sentido, enfatiza-se muito mais a importância das habilidades mentais e cognitivas dos alunos do que aos conteúdos propriamente organizados, onde o aluno “aprende a aprender”, ou seja, é mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito”. (LIBÂNEO, p. 25, 2009).

Sua metodologia é feita por meio de experimentos, onde o professor deixa de ser agente expositor dos conteúdos, assumindo o papel de estimular a aprendizagem de seus alunos de modo desafiador.

Nessa perspectiva, a relação entre professor e aluno é amplamente democrática, sendo o professor o agente colaborador no desempenho dos alunos, visando auxiliá-los e estimulá-los para sua vivência, primeiramente, em grupo e, posteriormente, em sua vida social.

A aprendizagem, neste sentido, é feita através de planejamentos feitos pelos professores, que passa a atender as necessidades pessoais dos seus alunos, levando em conta sua disposição e interesses pessoais, estimulando o aluno a aprender por meio de suas próprias descobertas, favorecendo, assim, seu processo de autoaprendizagem. Neste sentido, o ambiente é apenas um meio estimulador para que a aprendizagem, de fato, seja efetivada.

Suas contribuições foram deixadas pelo filósofo, psicólogo e pedagogo Jhon Dewey (1859-1952), que trouxe para a área educacional efetivas ideias em meio a essa concepção pedagógica.

3.2.3 Tendência Renovada Não-Diretiva

A função da escola, nesta Tendência, está na formação de atitudes por parte dos sujeitos, dando mais ênfase a assuntos ligados aos aspectos psicológicos dos alunos do que aos aspectos lógicos em si, empenhando-se, principalmente, em favorecer um clima favorável na mudança interna do indivíduo, ou seja, do aluno, por meio de sua adequação pessoal em relação ao seu ambiente externo.

O papel principal da escola, nessa tendência, está centrado no desenvolvimento da formação da personalidade do aluno, visando a formação de sua personalidade bem como sua realização pessoal, através da promoção do seu autoconhecimento, por meio de suas próprias experiências para que, assim, o mesmo possa desenvolver suas características naturais.

Nesse sentido, os adeptos dessa metodologia, valorizam as atividades de ensino, porém, seu aspecto formal é efetivamente dispensado, sendo atribuído, aos conteúdos escolares, um significado individual, resultando no despertar do interesse e motivação, por parte do aluno, em seu processo de aprendizagem.

Ao tratar do papel do professor, nessa tendência, Carl Rogers (1971 apud Libâneo, 2009, p. 27) enfatiza as suas características, enquanto agente “facilitador” do processo de ensino, quando diz que:

[...] aceitação da pessoa do aluno, capacidade de ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante. Sua função restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, utilizando técnicas de sensibilização onde os sentimentos de cada um possam ser expostos, sem ameaças.

Neste sentido, o professor não intervém no processo de aprendizagem do aluno. Seu papel principal é o de desenvolver um estilo de aprendizagem que facilite a compreensão dos conteúdos por parte do mesmo, dando uma atenção especial ao processo de construção de seu relacionamento interpessoal, objetivando o desenvolvimento e crescimento pessoal do mesmo bem como o seu bem-estar próprio e com seu meio social.

Neste sentido, para que o aluno possa adquirir o conhecimento almejado pela escola, é necessário que este possa aprender a modificar suas próprias percepções para, de fato, concretizar sua aprendizagem. Portanto, o processo de avaliação escolar deixa de ter sentido primordial, sendo enfatizada a auto avaliação, por parte do aluno.

Essa tendência tem como inspiração principal o pensamento do psicólogo Carl Rogers que, com suas ideias a respeito dessa temática, trouxe significativas contribuições para o âmbito educacional, influenciando grande parte de educadores, deixando registrada suas contribuições sobre tal tendência.

3.2.4 Tendência Tecnista

Na evolução das Tendências Pedagógicas liberais se evidencia a Tendência Tecnista que, segundo Libâneo (2009, p. 23) “subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de ‘recursos humanos’ (mão-de-obra para a indústria)”, visando capacitar a eficiência do indivíduo para a mão de obra industrial, para integrá-lo num modelo social tecnista. Neste sentido, a educação apresenta a finalidade de instruir e treinar o sujeito para, assim, capacitá-lo para a profissionalização em meio ao mercado de trabalho.

Saviani (1996) evidencia que o tecnicismo surge para substituir as ideias da escola nova, pois esta não conseguiria erradicar a marginalidade do indivíduo, por causa de fatores como rejeição e isolamento social.

Para Libâneo (2009, p. 28) a escola, nessa tendência “funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas”. Diante disso, a função da escola, dentro dessa concepção, é promover meios de organização que possam se integrar a ordem do sistema social.

Entretanto, a educação nessa tendência pedagógica, é também considerada um instrumento de desenvolvimento econômico do país, por meio da qualificação da mão-de-obra, como ilustra Libâneo (2009):

À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. [...] A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo [...] seu interesse imediato é o de produzir indivíduos ‘competentes’ para o mercado de trabalho. (LIBÂNEO, 2009, p. 28-29)

Nessa perspectiva, a escola atua como um elo entre o sistema capitalista e o sistema de produção, visando capacitar a mão-de-obra qualificada dos indivíduos para o mercado de trabalho local. Neste sentido, tanto o professor como o aluno não são os centros dentro dessa perspectiva, mas, a tecnologia em si.

No entanto, o professor assume uma postura neutra, restringindo-se apenas ao repasse dos conteúdos em sala. Sua metodologia se baseia unicamente na aplicação de manuais orientadores, limitando, assim, sua criatividade diante da técnica por ele utilizada. Já o aluno, apenas reage aos estímulos das técnicas repassadas pelo professor, sendo obrigado a corresponder as respostas esperadas pela escola para obter sucesso e avançar para próxima etapa. Diante disso, não são levadas em conta nem os seus interesses e nem, tão pouco, seu processo individual de aprendizagem, devendo o aluno ajustar seu ritmo de aprendizagem ao que o professor implementar.

Nesse processo, os materiais didáticos ficam em segundo plano, pois acredita-se que para a escola ter sucesso em seu processo didático-pedagógico, é necessário que a mesma esteja equipada em sala (com jogos, laboratórios organizados, etc.), embora estes equipamentos não sejam utilizados, pois o que

importa é tê-los e não os usar. Diante disso, o professor torna-se um administrador dos procedimentos didáticos e os alunos receptores dessas informações.

A relação entre professores e alunos é vista de modo estruturado e objetivo, onde cada um já tem seus papéis bem definidos. Cabe ao professor administrar as condições necessárias de transmissão da matéria, conforme um sistema instrucional efetivo e eficiente em meio aos resultados da aprendizagem, por parte do aluno. Por sua vez, o aluno aprende os assuntos que são ensinados pelo professor, fixando, assim, as informações que a ele são repassadas. Neste sentido, o aluno deixa de ser sujeito e passa a receber as influências da tecnologia.

3.3 PEDAGOGIA PROGRESSISTA

A Pedagogia Progressista aparece com a finalidade de contrapor-se a Pedagogia Liberal, objetivando um olhar crítico diante das realidades sociais, como base de sustentação social e política da educação. Libâneo (2009) defende que “a Pedagogia Progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais”. (Ibidem, p. 32). Diante disso, nessa Pedagogia, o professor é um importante instrumento que auxilia na luta pela igualdade de classes e no combate da dominação, por parte da classe dominadora.

A Pedagogia Progressista apresenta três modalidades: a Tendência Libertadora, conhecida, também, como a Pedagogia de Paulo Freire, Tendência Libertária, reunindo os que defendem a autogestão pedagógica, e a Tendência Crítico-Social dos Conteúdos, que dá ênfase aos conteúdos e na importância da utilização destes para efetivas mudanças diante das realidades sociais.

Ainda de acordo com Libâneo (2009, p. 32) “As versões Libertadora e Libertária têm em comum o anti-autoritarismo, a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a idéia de autogestão pedagógica”. Por este motivo, ambas valorizam a aprendizagem em grupo mais do que os conteúdos de ensino em si, onde a prática educativa só se efetiva, de fato, se for numa prática social que vise, também, a educação popular (não-formal).

E por último tem a tendência Crítico Social dos Conteúdos, propondo uma forma de superação entre a forma Tradicional e Renovada de pedagogia, atrelando a ação pedagógica na prática social.

Nesse contexto, Libâneo (2009), em suas compreensões, entende a escola:

Como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado. (LIBÂNEO, 2009, p. 32-33)

Portanto, na Pedagogia progressista, cabe a escola a finalidade de exercer sua função social de acordo com a criticidade e exigências sociais da realidade a qual ela está inserida, buscando romper com os paradigmas anteriores trazidos pela concepção liberal, a fim de buscar em seu contexto educacional a resposta para os problemas sociais que afligem sua realidade e, posteriormente, efetivas soluções.

3.3.1 Tendência Libertadora

Embora não priorizando o ensino escolar formal, a Tendência Libertadora, defende o verdadeiro desenvolvimento de uma educação crítica, desenvolvida fora dos espaços formais da escola, enfatizando o ensino escolar não-formal. A educação, neste sentido, é vista como um processo onde professores e alunos mediam sua realidade. Uma das características dessa Tendência é o desenvolvimento do trabalho em grupo, promovendo diálogos e discursos por parte do professor e do aluno.

Entretanto, mesmo não sendo voltada para dentro dos espaços escolares, algumas das ideias trazidas por essa tendência, encontram-se em evidência nas escolas e adotadas por grande parte dos educadores. O professor que adota esta Tendência deve adaptar-se as características e fases de desenvolvimento de cada educando, com o intuito de caminhar juntamente com este. De acordo com Luckesi (2008) é na mediação da relação entre professor e aluno que ambos:

[...] apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social. Tanto a educação tradicional, denominada 'bancária' - que visa apenas depositar informações sobre o

aluno -, quanto a educação renovada - que pretenderia uma libertação psicológica individual - são domesticadoras, pois em nada contribuem para desvelar a realidade social de opressão. (LUCKESI, 2008, p. 64)

Neste sentido, a educação Libertadora se destaca das Tendências Tradicional e Renovada, pois, estas, em nada colaboram para revelar a opressão das classes populares. A pedagogia Libertadora (Freireana), ao contrário das anteriores, discute profundamente os problemas sociais bem como as relações do homem com o seu meio e, posteriormente, com sua natureza existencial visando, dessa maneira, transformar a realidade social vigente.

Em relação a atividade escolar, no contexto da Pedagogia Libertadora, Libâneo (2011) enfatiza que:

A atividade escolar é centrada na discussão de temas sociais e políticos; poder-se-ia falar de um ensino centrado na realidade social, em que professor e alunos analisam problemas e realidades do meio sócio-econômico e cultural, da comunidade local, com seus recursos e necessidades, tendo em vista a ação coletiva frente a esses problemas e realidades. O trabalho escolar não se assenta, prioritariamente, nos conteúdos de ensino já sistematizados, mas no processo de participação ativa nas discussões e nas ações práticas sobre questões da realidade social imediata. (LIBÂNEO, 2011, p. 69).

O autor afirma que o ensino escolar se realiza de forma conjunta entre aluno e o professor. Libâneo (2009, p.33) ainda realça que “o importante não é a transmissão de conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida”. Diante disso, é necessário que a realidade social e política dos educandos, sejam postas em evidência, tornando-se centro de discussões e análises em sala.

Nesse contexto, deve ser visada a conscientização dos mesmos em relação aos problemas pessoais e sociais por eles enfrentados para que assim, possam buscar ações a fim de superá-los. Um dos recursos para que esta ação se concretize seria a prática de um ensino correto que não aliena o aluno perante sua visão crítica diante de sua realidade, mas sim, que o motive a encará-la de frente para buscar formas de intervenção para transformá-la.

Os métodos de ensino presentes nesta tendência são postos através do diálogo entre professor e aluno, levando-os a se conhecerem mutuamente, por meio da mediação diante do objeto a ser conhecido pelo outro. Neste sentido, Libâneo

(2009) comenta que a forma educativa de trabalho é através de grupos de discussão, onde o professor:

é um animador que, por princípio, deve 'descer' ao nível dos alunos, adaptando-se às suas características e ao desenvolvimento próprio de cada grupo. deve caminhar 'junto', intervir o mínimo indispensável, embora não se furte, quando necessário, a fornecer uma informação mais sistematizada. (LIBÂNEO, 2009, p. 34).

Em outras palavras, o professor é o sujeito ativo nesse processo, responsável por mediar o ensino, não impondo, em momento algum, o que ensina, mas, ao conhecer a realidade de cada aluno, busca expor seus saberes visando uma troca pelos saberes dos seus alunos. Dessa maneira ocorre uma aprendizagem libertadora.

É através das trocas de experiências entre o professor e o aluno, no esforço de se compreender as realidades sociais dos mesmos, que se pode chegar a um meio mais crítico no processo de conhecimento para, assim, se obter o sucesso da aprendizagem. Neste sentido, são dispensados toda estruturação do programa de ensino tais como provas, trabalhos escritos, aulas expositivas, entre outros, sendo a avaliação feita através da prática vivenciada entre professor e aluno no processo de auto avaliação.

Desse modo, ao abordar o relacionamento entre educador e educando, Libâneo (2009, p. 34) enfatiza que os mesmos "se posicionam como sujeitos do ato de conhecimento. Neste sentido, a relação entre ambos se dá de modo não-diretivo, ou seja, numa permanente vigilância do professor em intervir no seu espaço, sem ser autoritário, mas também, não se neutralizando diante da execução seu papel, visando o despertar de consciências, por parte do educando.

Portanto, nos dizeres de Libâneo (2009, p.35) "Aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido se resulta de uma aproximação crítica dessa realidade". A partir dessa compreensão, entende-se que não se aprende com imposições e pressões feitas aos alunos, mas, sim, através, do processo crítico e reflexivo feito pelo próprio aluno, com a mediação do professor.

3.3.2 Tendência Libertária

A Tendência Libertária trás uma proposta pedagógica de educação que recusa qualquer forma de autoridade, apontando que a escola precisa exercer uma transformação na personalidade dos alunos de modo libertário, com o intuito de iniciar efetivas modificações institucionais promovendo, assim, a autogestão de seus alunos.

Para Luckesi (2008) a escola, nessa Tendência, deve trazer mecanismos de mudança institucional, visando a participação dos grupos em conselhos, reuniões, de modo que o aluno desempenhe seu papel na comunidade de acordo com os conhecimentos efetivamente aprendidos na escola.

A este respeito, Libâneo (2009, p. 36) comenta “Há, portanto, um sentido expressamente político, à medida que se afirma o indivíduo como produto do social e que o desenvolvimento individual somente se realiza no coletivo”. Assim, é na autogestão que, de fato, se efetiva os conteúdos e métodos, visando tanto a finalidade política quanto a pedagógica.

Os conteúdos de ensino nesta tendência são trabalhados sem a formalidade escolar. As matérias são consideradas um instrumento a mais, porém não apresenta um único fim, pois o que importa é o conhecimento e a participação crítica resultante das experiências do grupo.

Ainda, segundo Libâneo (2009, p. 36-37) é “na vivência grupal, na forma da autogestão, que os alunos buscarão encontrar as bases mais satisfatórias de sua própria ‘instituição’, graças à sua própria iniciativa e sem qualquer forma de poder”. Neste sentido, o aluno é responsável por seu sucesso ou fracasso escolar, diante de seu processo de aprendizagem.

No entanto, não compete ao professor, nem tampouco aos alunos, a execução dos programas de ensino bem como as decisões feitas em relação aos exames, como forma de avaliação. O papel pedagógico se restringe nas necessidades e decisões dos alunos, visto que os mesmos têm liberdade de escolher o que querem, sendo sujeitos de sua própria autonomia.

A finalidade dessa tendência é transformar a relação entre professor e aluno, numa abordagem não-diretiva. Neste sentido, o professor atua como conselheiro do grupo, não sendo considerada a obrigatoriedade da aplicação dos métodos por parte do mesmo. O professor, neste sentido, se coloca a mercê do grupo, orientando os

alunos e incluindo-se nos grupos intervendo, quando necessário, mas não impondo suas ideias.

Em relação ao processo de aprendizagem, da Tendência Libertária, Luckesi (2008) enfatiza que:

[...] A ênfase na aprendizagem informal, via grupo, e a negação de toda forma de repressão visam favorecer o desenvolvimento de pessoas mais livres. A motivação está, portanto, no interesse em crescer dentro da vivência grupal, pois supõe-se que o grupo devolva a cada um de seus membros a satisfação de suas aspirações e necessidades. (LUCKESI, 2008, p. 68)

Neste sentido, apenas o vivido por meio das novas experiências grupais, é aproveitado nesta tendência. Assim, a aprendizagem realizada por meio de avaliações postas pelos conteúdos, perdem sua significação, ficando em segunda instância. Nesse contexto, a escola apresenta a função de contribuir para com a descoberta de respostas às necessidades e às exigências mediante a vida social dos sujeitos.

3.3.3 Tendência Crítico-Social dos Conteúdos

Na Tendência Crítico-Social dos Conteúdos é valorizada a ação pedagógica quando esta se encontra inserida na prática social. Uma de suas tarefas principais está na ênfase aos conteúdos concretos que são confrontados com a realidade social, visando o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, por meio do crescimento de suas relações interpessoais no processo de organização pessoal e, posteriormente, da realidade.

A escola, neste sentido, é um membro integrante do todo social, servindo aos interesses populares, favorecendo o ensino, preparando o aluno para viver no mundo, oferecendo-os conteúdos significativos, contribuindo para sua inserção no contexto social, de modo ativo e organizado. A este respeito, Libâneo (2009, p. 39) comenta “Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade”.

Diante disso, essa tendência compreende que os conteúdos escolares não devem ser limitados apenas as questões sociais atuais, mas é necessário também, um reconhecimento, por parte do aluno, diante dos conteúdos a eles repassados

para que o mesmo possa, de fato, desenvolver sua capacidade de assimilar informações, aprendendo a lidar com os estímulos externos do ambiente, enriquecendo, assim, suas experiências para a efetivação do seu aprendizado.

Nesse contexto, o professor é o sujeito mediador, com a função de orientar e criar expectativas ao visar uma relação de troca entre o aluno e o seu meio, por meio dos conteúdos abordados que, conforme Libâneo (2009, p.39) “embora se aceite que os conteúdos são realidades exteriores ao aluno, que devem ser assimilados e não simplesmente reinventados, eles não são fechados e refratários às realidades sociais”.

Os métodos utilizados nesta tendência buscam favorecer uma efetiva coerência entre teoria e prática, ou seja, o repasse dos conteúdos com os interesses e expectativas do aluno mediante a compreensão de sua realidade.

Sobre isso, Libâneo (2009) comenta:

A questão dos métodos se subordina à dos conteúdos: se o objetivo é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado às realidades sociais, é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, e que estes possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade (prática social). (LIBÂNEO, 2009, p.40)

Neste sentido, o professor deve levar o aluno a buscar compreender o que o mesmo, de fato, já sabe, bem como estimulá-lo a descobrir o que ainda não compreendeu em sua vivência cotidiana, haja vista que a construção de um novo saber está ligada a uma estrutura cognitiva já existente. Neste sentido, o professor deve buscar meios para verificar a estrutura que os alunos ainda não apresentam para criar meios que possam levá-los a fazer uma aprendizagem significativa em meio ao seu ambiente externo. Diante disso, Libâneo (2009, p.42) enfatiza que:

Aprender, dentro da visão da pedagogia dos conteúdos, é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência. Em consequência, admite-se o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o aluno já sabe. O professor precisa saber (compreender) o que os alunos dizem ou fazem, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhes. A transferência da aprendizagem se dá a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera a visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora.

Assim, a aprendizagem é feita quando o aluno, por intermédio do professor, ultrapassa seus limites e adquire uma visão mais realista de sua realidade. Nessa perspectiva, os materiais didáticos, enquanto meios que facilitam a aprendizagem, devem estar ligados a realidade social e cultural dos alunos, de acordo com o contexto em que a escola está inserida, com o intuito de aprimorar o intelectual e social do mesmo, visando a construção do seu saber reelaborado, motivando seu desenvolvimento por completo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, abordamos reflexões acerca das funções Social, Política e Pedagógica da escola na contemporaneidade. No primeiro capítulo propusemos uma abordagem característica ao nosso objeto de estudo, refletindo que a escola é a instituição de ensino criada pela sociedade para a transferência de conhecimentos sistematizados a todos os sujeitos, enquanto futuros cidadãos democráticos e participativos em seu meio social. Refletimos que, enquanto instituição social, a escola atua de acordo com as exigências e transformações ocorridas na sociedade, visto que tanto a escola quanto a sociedade sofrem influências uma da outra, bem como das questões relativas ao processo histórico, político, social, econômico e ideológico que enfrenta, conforme visto em Freire (1996), Saviani (2007) e Arroyo (1997).

Em seguida, direcionamos nosso diálogo para a atuação interna dessa Instituição, considerando o processo de ensino e aprendizagem que envolve todos os sujeitos, tais como gestores, professores, alunos e a comunidade escolar, visando uma conscientização, por parte destes, em relação a temática exposta, diante de suas formas de se planejar, atuar, intervir para a melhoria do ensino, de acordo com Libâneo (2008).

Desse modo reforçamos que as funções Sociais, Políticas e Pedagógicas da escola são as principais perspectivas de análises da educação. Juntas, buscam meios que facilitem o processo de ensino, por parte do professor e do gestor, e, conseqüentemente da aprendizagem, por parte do aluno, sendo este o sujeito pensante, protagonista do seu processo de aprendizado, capaz de atuar e intervir em sua realidade.

O segundo capítulo nos possibilitou refletir a respeito das principais Tendências Pedagógicas contemporâneas bem como das suas influências no processo de construção e formação do sujeito. Aqui, entendemos que a discussão acerca dessas concepções contribui, diretamente, para afirmar suas finalidades e contribuições para com o ensino. Diante disso, enfatizamos a importância da escolha de tais tendências pedagógicas por parte do professor e da gestão escolar, para a concretização do sucesso escolar, conforme Libâneo (2009, 2011), Luckesi (2008) e Saviani (2007).

Entendemos, também, que a escolha das tendências pedagógicas, por parte da escola, deve servir para aprimorar a formação dos alunos, enquanto futuros cidadãos, contribuindo para fortalecimento da atuação destes na sociedade.

Neste sentido, em meio a visão dos teóricos estudados no primeiro e segundo capítulo, esboçamos o entendimento de que a escola se origina das demandas sociais, independentemente, do contexto histórico e social no qual ela se encontra inserida. Vimos, também, que a escola vem assumindo, cada vez mais, as funções a ela incumbida: formar cidadãos críticos e reflexivos, por meio do processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos. Se essa pesquisa aqui terminasse, teria sua relevância, pois buscou entender as funções da escola nos âmbitos Social, Político e Pedagógico, atrelada as tendências pedagógicas que permeiam a educação escolar, em suas diferentes perspectivas pedagógicas.

No entanto, conforme vimos no decorrer deste trabalho, confirmamos os pontos problematizados no decorrer do primeiro e segundo capítulo a respeito das funções da escola: garantir o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, necessários ao preparo das novas gerações para a transformação da sociedade. Neste sentido, entendemos que as propostas, aqui esboçadas, de formação tanto do aluno quanto do gestor e do professor, em meio a educação escolar, são parte de um projeto político de sociedade, voltados ora para conservação ora para a transformação da mesma, de acordo com as perspectivas políticas, administrativas, sociais e econômicas impostas pelos interesses da classe dominante sobre a dominada.

Portanto, apoiada nos princípios democráticos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, percebeu-se a importância de se caminhar nessa direção, visto que se buscou a compreensão da temática exposta em meio a participação dos profissionais da educação, de um modo geral, e também dos educandos na busca destas reflexões.

Assim, finalizamos, essas reflexões, evidenciando o quanto este estudo contribuiu para a compreensão da realidade educacional que nos rodeia, a fim de refletirmos, cada vez mais, diante dos acontecimentos históricos e sociais acerca da funções que a escola apresenta, enquanto instituição formadora e construtora da sociedade. Este estudo também nos motivou para uma continuidade, buscando, posteriormente, abarcar uma pesquisa de campo que envolva os sujeitos do

processo de ensino e aprendizagem, com vistas a identificar como concebem a escola em sua função social na realidade atual.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. (Orgs.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1761-8.pdf>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

_____. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Didática**. 32. reimpr. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 23. reimpr. São Paulo: Cortez, 2008.

PENIN, Sônia Terezinha de Souza; VIEIRA, Sofia Lerche; MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** Módulo 1. Brasília: Consed, 2001.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 39. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2007. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O pensar Educação em Paulo Freire**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.